

Da crônica à grande reportagem, da biografia ao perfil: mapeando contribuições estruturais da literatura ao jornalismo interpretativo

José Augusto Mendes Lobato

Atribuir limites, definições e fronteiras entre os gêneros narrativos é um desafio a que diversos autores dos estudos de linguagem têm se lançado. Apesar do relativo sucesso dos que buscam identificar padrões e modelos que regem as construções textuais, nota-se, na prática e na materialidade dos vestígios de narrativas midiáticas contemporâneas, constantes hibridações de linguagens que exigem novos estudos.

Da profusão de gêneros e formatos no audiovisual, passando pelos diálogos entre história, literatura e jornalismo em diferentes mídias, pelos experimentos transmidiáticos em plataformas digitais e pelas cada vez mais frequentes mesclas entre realidade e ficção, muitos são os exemplos capazes de dar concretude à hipótese de que vivemos um ambiente propício – mais do que nunca, poder-se-ia arriscar – à transposição de barreiras, à superação estrutural de modelos conceituais. É a partir desta constatação, e buscando estudá-la em dois campos específicos, que este texto se moverá, por meio da leitura dos elementos postos em diálogo no jornalismo e na literatura em alguns de seus gêneros.

Em “As estruturas narrativas”, o linguista e filósofo Tzvetan Todorov (2003) propõe uma reflexão sobre a codificação na literatura que é pertinente à abertura de nossos raciocínios. Submetidas às particularidades da língua em que se instauram e à superação natural de modelos prévios ou correntes temáticas/de estilo, as produções literárias, para o autor, têm um padrão estrutural dinâmico por natureza; “somos obrigados a deduzi-lo de cada texto particular, ou pelo menos a corrigir cada vez a formulação anterior” (Todorov, 2003: 30). Ou seja, a respeito dos intermináveis esforços para enquadrá-la como um conjunto de gêneros, de procedimentos apli-

cáveis a qualquer obra, por qualquer autor, em qualquer cultura e diante de qualquer temática, a literatura deve ser lida como um campo de permanente inovação e reconstrução de modelos.

“Preciso evitar duas posições extremas: acreditar que existe um código comum a toda literatura, afirmar que cada obra engendra um código diferente”, diz-nos Todorov (2003: 39), propondo a via intermediária de um estruturalismo não determinista. E é daí que deriva a ideia de que uma *poética* – em sentido análogo ao do pensamento aristotélico – dos gêneros é possível, recomendável e necessária para refletirmos não sobre o que todas as obras têm de igual, mas sobre o que se renova, recria e refunda a partir de cada nova produção.

A análise estrutural terá sempre um caráter essencialmente teórico e não descritivo; por outras palavras, o objetivo de tal estudo nunca será a descrição de uma obra concreta. A obra será sempre considerada como a manifestação de uma estrutura abstrata, da qual ela é apenas uma das realizações possíveis; o conhecimento dessa estrutura será o verdadeiro objetivo da análise estrutural. O termo “estrutura” tem pois aqui um sentido lógico, não espacial (Todorov, 2003: 79).

É a partir, pois da provocação de que “os gêneros não se constituem em conformidade com as descrições estruturais”; de que “um gênero novo se cria em torno de um elemento que não era obrigatório no antigo: os dois codificam elementos diferentes” (Todorov, 2003: 98); e de que, em suma, “o novo gênero não se constitui necessariamente a partir da negação do traço principal do antigo, mas a partir de um complexo de caracteres diferentes” (Todorov, 2003: 103), que somos levados a crer que o estudo dos gêneros, mais que padrões, permite visualizar inovações e renovações.

Neste texto, nosso propósito é examinar a ocorrência de tais atualizações dentro do campo do jornalismo, a partir do diálogo histórico e conceitual mantido entre ele e a literatura. Tendo esta como referência constante – e ao mesmo tempo polo opositivo, segundo concepções já ultrapassadas do campo da informação – nos modos de contar, a produção jornalística é frequentemente considerada um espelhamento da realidade vivente, algo negado por diversos autores, como Muniz Sodré, para quem o jornalismo opera como *gênero sociodiscursivo* (Sodré, 2009) atravessado por marcas de afetividade e dramaticidade. No entanto, quais gêneros ou formatos mais indicam as aproximações entre campos ontologicamente tão distintos?

Exploraremos aspectos conceituais do chamado jornalismo interpretativo e da teoria literária, a fim de compreender as chaves de codificação de cada campo de conhecimento, discutiremos quatro gêneros específicos e analisaremos algumas produções textuais a fim de demonstrar os ganhos estilísticos e de interpretação da realidade obtidos a partir da aproximação entre os campos.

Da informação à interpretação: aspectos conceituais da narrativa jornalística

Desde sua origem, as teorias desenvolvidas para compreender, segmentar e definir os diferentes modos de se fazer jornalismo têm se baseado, mais que em semelhanças, nas oposições. De um lado, o discurso operado em notícias, notas, reportagens e demais textos voltados à noção de *informar*, de exibir dados para as audiências com a máxima aderência aos ideários de objetividade, imparcialidade e transparência; de outro, textos marcados pelos mesmos critérios de seleção da informação tradicional, porém nos quais a figura do autor se sobrepõe à impessoalidade do relato, com pontos de vista e tomadas de posição – e um propósito que inclui opinar sobre e interpretar a realidade.

Conforme diz José Marques de Melo, essa é a primeira oposição a definir fronteiras entre o jornalismo de informação tradicional e aqueles voltados à interpretação, análise e opinião: nas palavras do autor, a “diferenciação entre as categorias jornalismo informativo e jornalismo opinativo emerge da necessidade sociopolítica de distinguir os fatos (news/setories) das suas versões (comments)” (Melo, 1985: 32). Essa distinção, diz-nos o autor, está intimamente ligada a uma demanda de mercado que consolidou o lugar social do jornalismo a partir do século XIX:

O jornalismo articula-se, portanto, em função de dois núcleos de interesse: a informação (saber o que passa) e a opinião (saber o que se pensa sobre o que passa). Daí o relato jornalístico haver assumido duas modalidades: a descrição e a versão dos fatos (Melo, 1985: 47).

A classificação dos gêneros jornalísticos varia bastante conforme o contexto e o mercado sob análise; de modo geral, porém, todas as possibilidades partem desta clássica oposição, de forma mais ou menos explícita, por vezes encontrando segmentos adicionais. É o caso dos estudos brasileiros, com destaque para as obras de Luiz Beltrão (1976) e José Marques de Melo (1985). Para Melo, pode-se classificar os gêneros jornalísticos entre informativos (a nota, a notícia, a entrevista e a reportagem) e opinativos (editoriais, comentários, artigos/ensaios, crônicas, resenhas, caricaturas, cartas e colunas).

Mais antiga, a classificação de Luiz Beltrão fragmenta o “extrainformativo” em dois grupos de gêneros: interpretativo (tendo como gênero central a reportagem em profundidade) e opinativo. O argumento para tal está em uma característica extra: não cabe ao jornalismo interpretativo expor visões pessoais do jornalista a respeito do mundo, e sim colher e analisar dados, encontrando reincidências, recorrências e leituras expandidas – algo que difere do opinar ou do informar puro e simples. Como diz Beltrão, a interpretação no jornalismo está em “submeter os dados recolhidos no universo das ocorrências atuais e ideias atuantes a uma seleção crítica” (Beltrão, 1976: 12).

A despeito de críticas lançadas sobre as ideias de Beltrão, seu pensamento permanece atual por fazer uma distinção entre a reportagem informativa, mais presente no noticiário *hard news* em jornais, televisão, mídias sonoras e plataformas digitais, e a de viés interpretativo. José Marques de Melo as denominará, respectivamente, “pequena” e “grande” reportagem, indicando que, diferentemente da primeira, “inevitavelmente superficial”, a segunda é “naturalmente mais profunda, pela disponibilidade de tempo que se oferece ao repórter ou à equipe de reportagem para pesquisar, refletir, avaliar” (Melo, 1985: 45-46).

Os raciocínios destes autores dialogam de modo preciso com as modernas teorias do jornalismo – que, mais que preocupadas com gêneros e formatos facilmente enquadráveis, buscam problematizar o narrar no campo da informação, pondo em ênfase dilemas como os limites da objetividade, a impossibilidade do discurso neutro, a presença do testemunho e da singularidade no texto do repórter e na edição final etc. É o caso da reflexão tratada por Muniz Sodré (2009). Como diz o autor, “a busca de uma transparência discursiva ou ideológica, mas apoiada nas opacidades de seu próprio mito, é a ambivalência constitutiva do jornalismo” (Sodré, 2009: 13) – daí a necessidade, desde a expansão da imprensa de massa, de distinguir fatos de opiniões sobre fatos.

Os recursos para firmar tal posição são diversos: dizem respeito aos valores profissionais do campo, difundidos entre seus profissionais, e às estratégias discursivas que refletem tais valores. Entre eles, destacam-se noções como as de interesse público, e de *objetividade* – entendida como a simples adequação de uma representação à realidade (Sponholz, 2009) ou como uma representação que mantém “idêntica validade para todos os sujeitos e todos os seus correlatos (objetos, fenômenos) numa experiência” (Sodré, 2009: 28).

A respeito da configuração dos valores do campo, Nelson Traquina (2005: 128) afirma que “o jornalismo foi definido como o preenchimento de certas funções na sociedade, ou, se preferirem, no cumprimento de papéis sociais bem precisos”. Para isso, fundamenta-se em quatro noções: a liberdade, entendida como expressão de uma “relação simbiótica entre o jornalismo e a democracia” e o poder de se expressar; a credibilidade, fundada na disciplina de “verificação dos fatos e de avaliação das fontes de informação”, bem como na exatidão da informação (Traquina, 2005: 131); a verdade, conectada ao rigor, à exatidão, à honestidade e à equidistância; e a objetividade, que, como diz Traquina, deve ser entendida para além da negação da subjetividade, sendo, de fato, um reconhecimento de sua inevitabilidade. Diz o autor:

A objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho (Traquina, 2005: 139).

A evolução histórica das teorias do jornalismo nos permite compreender a produção de notícias, reportagens e demais textos como um processo mais complexo, no qual “interagem factores de natureza pessoal, social, ideológica, histórica e do meio físico e tecnológico” (Sousa, 2003: 3). Dentro dessa perspectiva, Sponholz (2009) dirá que, por obedecer “às mesmas regras dos processos de conhecimento em geral”, o jornalismo é incapaz de “espelhar a realidade, porque este processo é sempre perspectivo, eletivo e construtivo” (Sponholz, 2009: 105). Como diz a autora, o jornalismo é capaz de levar a conhecer e isso “não significa apenas processar e estruturar o que se vivenciou, mas também resulta da comparação da nova vivência com aquilo que já se sabe (Sponholz, 2009: 93).

De volta às ideias de Muniz Sodré (2009), somos levados, por fim, a crer que o jornalismo se conecta não à reprodução, mas à produção em si dos acontecimentos socialmente validados. Ou seja, mais do que fornecer informação bruta, descrever o mundo, o jornalismo se posiciona como campo cujo “sentido depende diretamente de uma situação comunicativa inserida na experiência cotidiana, comum a um grupo de sujeitos linguísticos” (Sodré, 2009: 138). Não se trata de uma reprodução, mas de uma leitura de mundo – mais ou menos evidente, de acordo com o gênero/formato adotado. Sobre o acontecimento jornalístico, o autor indica que:

Deve ser compreendido (hoje mais do que nunca, na era das imagens e dos dígitos), para além do registro simbólico, no registro afetivo do mundo. Quer dizer, não se põe em jogo apenas a lógica argumentativa das causas, mas principalmente o sensível de uma situação (...). Assim, em vez da mera transmissão de um conteúdo factual, se trata da conformação socialmente estética de uma atitude (Sodré, 2009: 68).

Tais reflexões nos servem para observar dois gêneros que, seja na classificação de Luiz Beltrão, seja em nossa própria perspectiva, representam de modo exemplar a natureza interpretativa que pode se combinar ao informar tão caro ao *ethos* jornalístico.

De um lado, a *grande reportagem*, cujas marcas, por nós discutidas em outros trabalhos (Lobato, 2016), incluem a ampliação espaço-temporal do fato narrado; a humanização ou singularização, com personagens e histórias de vida; o reforço testemunhal, com maior figuração do jornalista no relato; a construção dramática das cenas; e o uso de técnicas de ficcionalização. Também denominada reportagem em profundidade, alinear ou interpretativa, de acordo com os autores consultados, a grande reportagem, nas palavras de Cremilda Medina, vai além do aqui-e-agora noticioso: “abre o aqui num círculo amplo, reconstitui o já no antes e depois, deixa os limites do acontecer para um estar acontecendo atemporal ou menos presente”, levando a um “quadro interpretativo do fato” (Medina, 1988: 134) – algo que, como veremos, dialoga diretamente com a crônica literária.

De outro lado, temos o *perfil* como modalidade da entrevista jornalística que também recai em modelos interpretativos – embora, por vezes, seja tratado por estudiosos como jornalismo informativo. Ao propor textos que operam como “retratos” de pessoas ou mesmo lugares (por exemplo, um texto jornalístico histórico sobre determinado país, local, região ou comunidade), no perfil “o jornalista explora o detalhe e se vale de sua percepção para compor um quadro verbal leve e criativo a respeito do lugar ou pessoa retratada” (Nascimento, 2009: 97). Ou seja, à simples concessão de informações brutas ou descrição de eventos – como o resgate da trajetória de vida de um perfilado ou a apresentação de uma linha do tempo de determinado lugar – é exigida a adição de aspectos interpretativos, com uma leitura singular do fato que exige do repórter o mesmo esforço analítico da grande reportagem.

Grande reportagem e perfil são, em suma e na nossa perspectiva, dois gêneros que podemos associar a uma tradição de conteúdos aprofundados no jornalismo extrainformativo, com foco na interpretação, na oferta de análises que colocam o real em perspectiva, lançando diferentes luzes para problematizá-lo para além de indicadores, informação bruta, aspas de entrevistados. Pouco diferem – e muito têm a ganhar – em relação àquilo que, na literatura de não ficção, é explorado por meio de gêneros também interpretativos e singulares em seu modo de abordar a realidade, como veremos a seguir.

A literatura como campo: linguagem e gêneros

Embora o literário como campo de produção narrativa seja muito anterior ao desenvolvimento da escrita, é a partir da transposição da tradição oral para suportes escritos que se buscará demarcar gêneros e padrões de narração. Uma das primeiras obras de referência no campo, a *Poética*, de Aristóteles, é responsável pela discussão de conceitos-chave nos estudos literários e de linguagem – como os de representação, mimese e poética, entendida como a investigação de normas e modos de produção textual. A teoria dos gêneros literários que se evidencia nesta obra demonstra a possibilidade de categorizar obras e produções artísticas a partir de características análogas – semânticas, contextuais, estruturais, dramáticas etc. –, com três grandes campos de gêneros – o épico (hoje, comumente denominado narrativo), o lírico e o dramático.

A moderna teoria literária, no entanto, avança para questões mais amplas que a categorização e hierarquização de gêneros e formatos, em movimento semelhante ao ocorrido no jornalismo e em outros campos de conhecimento, como reflexo da ebulição dos estudos de linguagem ao longo do século XX. Terry Eagleton (2006), por exemplo, discutirá a própria definição de literatura e de sua condição – “literariedade” / “literaturidade” – como referencial, móvel conforme as contingências socioculturais e históricas. Ou seja, como um conceito ligado às relações estabelecidas entre sujeitos (produtores e consumidores de narrativas) e a escritura do texto. Nas palavras do

autor, “a literatura pode ser tanto uma questão daquilo que as pessoas fazem com a escrita como daquilo que a escrita faz com as pessoas” (Eagleton, 2006: 9).

À procura de um objeto de análise próprio à teoria literária, Terry Eagleton mapeia definições possíveis de literatura. Entre elas, a ideia de uma “consciência dramática da linguagem” ou “violência linguística” que se traduz em usos especiais da linguagem, explorando suas diversas funções (referencial, poética, apelativa, emotiva etc.); uma experiência de estranhamento da realidade, relendo-a; e uma categoria arbitrária, definida por comunidades interpretativas e pelos críticos e autores autorizados a demarcá-la.

Dois aspectos, essencialmente, nos interessam para uma breve discussão sobre os diálogos possíveis entre o texto literário e o jornalístico. A primeira é o entendimento da literatura como um tipo de texto “não pragmático”. Por recorrer frequentemente a um tipo de escrita imaginativa que “transforma e intensifica a linguagem comum, afastando-se sistematicamente da fala cotidiana” (Eagleton, 2006: 3), a literatura é facilmente confundida como o mero “uso especial” da linguagem. No entanto, vai além disso: obras vinculadas ao campo têm como marca central oferecer leituras de um estado de coisas, sem finalidade imediata – ao contrário de manuais didáticos ou textos de informação, por exemplo –, ampliando possibilidades imaginárias para o leitor. Não à toa, Eagleton indicará que a literatura é menos uma qualidade inerente aos textos do que “as várias maneiras pelas quais as pessoas se relacionam com a escrita” (Eagleton, 2006: 13).

Poderíamos dizer, portanto, que a literatura é um discurso “não-pragmático”; ao contrário dos manuais de biologia e recados deixados para o leiteiro, ela não tem nenhuma finalidade prática imediata, referindo-se apenas a um estado geral de coisas. Por vezes, mas nem sempre, ela pode empregar uma linguagem peculiar como se quisesse tornar evidente esse fato (Eagleton, 2006: 11).

Sobre esse mesmo aspecto, Marcelo Bulhões fará uma comparação entre jornalismo e literatura: se o jornalismo geralmente toma a linguagem como mero meio de transporte, para a literatura ela é uma finalidade central:

Não se trata exatamente de afirmar que não existe mundo algum fora da experiência da linguagem. Mas de supor que para a realização literária tal mundo só importará se o verbal que o transmitir estiver, por assim dizer, transmudado, recriado, destituído de sua função cotidiana e costumeira (Bulhões, 2007: 12).

O segundo aspecto diz respeito à ideia de que a literatura é um meio de estranhamento da realidade. Para Eagleton – e tal raciocínio é também resgatado por Umberto Eco (1994), em sua reflexão sobre a ficção –, a literatura propicia o estra-

nhamento daquilo que é familiar. Nas palavras do autor, “o discurso literário torna estranho, aliena a fala comum; ao fazê-lo, porém, paradoxalmente nos leva a vivenciar a experiência de maneira mais íntima, mais intensa” (Eagleton, 2006: 6).

Munidos de tais raciocínios, chegamos à conclusão de que um texto literário assim é considerado por consensos e relações estabelecidas entre leitores, autores e obras; pela natureza poética e experimental de sua linguagem; por sua natureza não pragmática; e por seu modo de tratamento do real, parasitando-o – como diria Eco (1994) – sem, no entanto, estar sujeito aos seus limites.

Dentro do amplo espectro de gêneros literários da atualidade, elegemos a crônica e a biografia como objetos de análise. Por vezes tida como o mais brasileiro dos gêneros literários, a crônica chega a ser tratada por José Marques de Melo (1985) como jornalismo opinativo, graças à sua estrutura que transita entre campos do narrar. De fato, consolida-se gradativamente como uma produção textual que ora apresenta os fatos sociais, ora interpreta-os, ora os oferece ao leitor junto de um ponto de vista, sendo difícil categorizá-la de maneira simples. Seu modelo clássico é a narração do cotidiano, a partir da observação, crítica e análise de elementos do ambiente circundante do cronista, oscilando entre a linguagem emotiva, a descrição de costumes, a interpretação de dados e a exposição de uma tese ou argumentação.

A partir da obra de autores como, entre tantos outros, Fernando Sabino, Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga, Machado de Assis, Rachel de Queiroz e João do Rio – estes dois, considerados definidores de sua linguagem em solo nacional, sendo Assis responsável por mais de 600 crônicas publicadas em sua carreira na imprensa brasileira –, a crônica tem como características, segundo Melo (1985), a fidelidade ao cotidiano e a crítica social, com apego a alguns princípios jornalísticos, como o valor de atualidade e proximidade com o leitor.

Já a biografia, exaustivamente estudada nas teorias literárias e, também, nos estudos sobre a cultura de massa, destaca-se na análise de Manoela Hoffmann Oliveira (2010) por sua dupla tensão narrativa: por um lado, centrada nos aspectos épicos, com grandes ações e acontecimentos sociais demonstrados de modo factual ao longo do tempo – o que, para a autora, “evidencia uma narrativa de intenção historiográfica” (Oliveira, 2010: 12). Por outro, tem seu eixo narrativo centrado na vida de um indivíduo, convertendo-a no impulso épico da narrativa. A autora nota um diálogo entre os campos da literatura e da História (ciência) na produção da biografia – em função da abordagem temática que sempre recai sobre um real dramatizado, conectado à vivência do biografado.

Ao narrar uma vida, a biografia tem de lidar com as diversas dimensões das relações sociais, o que inclui manejar tanto a excepcionalidade como a exemplaridade do indivíduo biografado. Centrada num indivíduo ou em vários, a biografia supõe que “a vida em toda sua amplitude guarda um potencial de

conhecimento e explicação da sociedade”. Posição similar ao do gênero épico, que expressa, mais que outros gêneros literários, a amplitude e a complexidade das relações sociais envolvidas na narrativa (Oliveira, 2010: 26-27).

À busca de aproximações: o jornalismo e a literatura em diálogo entre-gêneros

Agora, podemos retornar à discussão de Tzvetan Todorov (2003) e refletir sobre os atravessamentos, superposições e contatos entre gêneros destes dois campos de conhecimento; como e quando seus modelos são renovados? Há como supor – indo além da clássica categorização do jornalismo literário (Pena, 2007) – também uma literatura “jornalística” em seus modos de tratar o real? E, no caso do jornalismo interpretativo, quais assimilações e influências vindas do campo literário saltam aos olhos quando observamos determinados autores e produções da imprensa brasileira?

Podemos ensaiar respostas parciais a essas questões, em primeiro lugar, observando a proximidade entre a crônica e a grande reportagem. Tal associação é familiar aos estudos de jornalismo. Cremilda Medina (1988: 72), em seu “Notícia, um produto à venda”, já recorre à figura de João do Rio para demonstrar como os modos de retratar a sociedade carioca no início do século XX podem nos dar pistas sobre o desenvolvimento do jornalismo interpretativo.

A obra de João do Rio é marcada por fronteiras nem sempre claras entre experiências autorais, vivências, opiniões e apuração de dados sobre fatos. “A alma encantadora das ruas”, uma de suas obras mais famosas, publicada em 1908, reúne crônicas e reportagens publicadas na imprensa que buscam a um só tempo interpretar, analisar e descrever o ambiente urbano do Brasil daquele tempo, com suas tensões sociais, desigualdades, contrastes e figuras não cpelebres. Vejamos alguns trechos de sua crônica “Os que começam...”, publicada na obra supracitada:

Há no Rio um número considerável de pobrezinhos sacrificados, petizes que andam a guiar senhoras falsamente cegas, punguistas sem proteção, paralíticos, amputados, escrofulosos, gatunos de sacola, apanhadores de pontas de cigarros, crias de famílias necessitadas (...).

(...) Fui encontrar na ponte das barcas Ferry alguns de volta de Niterói. Vinham alegres, batendo com as muletas, a sacolejar os fartos sacos, na tarde álgida. Só nessa tarde interroguei seis: Francisco, antigo peralta da Saúde; Antônio, jovem de dezoito anos, que, graças à falta de uma perna, trabalha desde os doze; Pedro, pardinho crispinhento, que ri como um suíno e é o curador de uma senhora idosa; João Justino, sem um braço, e pequenos Felismino e Aurélio. Voltavam de mendigar.

Francisco é atroz. Míope, com a cara cheia de sulcos, a boca enorme e sem dentes, fuma cigarros empapados de saliva e tagarela sem descontinuar. (...)

Antônio é outro gênero, o gênero dulçoroso, cheio de humildades açucaradas. Repete logo como uma nota policial o esmagamento da perna. Foi a 11 de novembro de 1897, na esquina da Rua da Uruguaiana. Caiu às 2 e 20 da tarde, quando passava o bonde chapa tanto (Rio, 2008, p. 189-190).

A apresentação de dados factuais, mesmo em um texto profundamente impressionista; a presença de um responsável pela coleta de dados que se coloca ativamente no texto, como personagem e narrador a um só tempo; a descrição dos tipos sociais e dos ambientes; a menção a espaços urbanos concretos; e, sobretudo, a interpretação contextual de um fato a partir de histórias de vida. São elementos que aludem à reportagem em profundidade, mas que se combinam à crítica e à análise dos costumes e ambientes sociais à maneira da crônica literária. Não à toa João do Rio é costumeiramente creditado como jornalista e escritor: não apenas é ambas as coisas como funde os dois universos em seu relato.

Atravessando algumas décadas, busquemos um exemplo da atual imprensa brasileira que ilustre interações semelhantes entre gêneros. Observemos um trecho do texto “A Xangrilá dos descontentes”, assinado por Daniela Pinheiro e publicado na revista Piauí:

O movimento começou por volta de uma da tarde. Fazia um calor úmido, o sol estava a pino, a luz refletia no asfalto e nos arranha-céus espelhados. Homens, mulheres, jovens, crianças, idosos e até cachorrinhos usavam tons de verde e amarelo. Alguns agitavam bandeiras, outros erguiam cartazes escritos à mão, bebês seguravam balões. A profusão de selfies, paus de selfie e celulares estrategicamente posicionados denotava um clima familiar, quase festivo. De longe, o grupo lembrava um esquentar pré-Copa do Mundo.

Na praça em frente à avenida arborizada por palmeiras, uma mulher bonita – de *legging* e camiseta preta – empunhava um megafone. “Vocês estão vendo o que está acontecendo no Brasil? O que estão falando no Facebook, nas redes sociais, na televisão?”, indagou à plateia de umas 100 pessoas. Uma delas gritou: “Censura!” E ela: “É! Mas aqui a gente pode falar! Lá, eles tentam esconder, abafar, mentir. Mas aqui é democracia! Estamos nos Estados Unidos”, disse. (...) O Ministério das Relações Exteriores estima que haja entre 250 mil e 300 mil brasileiros vivendo na Flórida (Pinheiro, 2015, online).

Nota-se a incidência das técnicas também aplicadas por João do Rio: a descrição do ambiente, a adoção de personagens para singularizar um fato, a presença – embora mais sutil – de uma argumentação (em tom de ironia) e a apresentação de dados oficiais que conferem factualidade ao relato. No entanto, enquanto o primeiro texto é classificado como crônica, Piauí apresenta a seu leitor uma grande reportagem, produzida após minucioso processo de apuração e observação, a fim de

retratar a comunidade brasileira residente na região. Eis, portanto, um caso em que jornalismo e literatura interagem e por vezes se confundem, a partir da dissolução de fronteiras evidentes entre gêneros.

Pode-se promover paralelismo semelhante entre a narrativa biográfica e textos jornalísticos que perfilam figuras de notoriedade e relevância social. A despeito de muitas diferenças em termos de extensão, factualidade e usos da linguagem, os dois gêneros interagem em seu modo de tratar a realidade circundante do personagem e caracterizá-lo, oscilando entre a narrativa épica clássica e a historiográfica. Observamos, pois, trecho de uma biografia de referência, “O anjo pornográfico”, de Ruy Castro, sobre Nelson Rodrigues:

As vizinhas eram mesmo gordas e patuscas. Tinham bustos opulentíssimos, braços espetaculares e colares de brotoejas. Passavam o dia nas janelas, fiscalizando os moradores da rua e suspirando exclamações como “Deus é grande!” e “Nada como um dia depois do outro!”. (...) Era também uma vizinhança de solteironas ressentidas, de adúlteras voluptuosas e, não se sabe por que, de muitas viúvas - machadianas, só que com gazes enroladas nas canelas, por causa das varizes. Era também uma vizinhança que tossia em grupo. (...) Qualquer agrupamento numa sala era um pânico. Começava por um solitário pigarro. Alguém aderira. (...) Onde você já viu esse cenário e esses personagens? Em Nelson Rodrigues, claro. Pois esse cenário e personagens eram reais e compunham a paisagem da rua Alegre na época em que a família Rodrigues se mudou para lá, em agosto de 1916. Na verdade, compunham a paisagem de toda a Aldeia Campista, onde ficava a rua Alegre, e da qual Nelson espremeria até a última gota de suco em suas futuras peças, romances, contos e crônicas. Nas décadas seguintes, a Aldeia Campista seria absorvida pelos bairros adjacentes e, hoje, só os cariocas da velha guarda ainda a chamam pelo nome (Castro, 1997: 23-24).

Nota-se, no texto, certa ênfase na apresentação dos costumes e na ambientação do local em que a família de Rodrigues viveu, caracterizando-a como reflexo dos cenários e das personagens da obra do dramaturgo. O reforço descritivo, combinado a informações de cunho referencial, denota um esforço não apenas em apresentar o biografado, mas também em discutir e apresentar uma determinada época da vida urbana brasileira.

O mesmo viés pode ser identificado em dois perfis jornalísticos que selecionamos: “A afilhada rebelde”, da então presidente e candidata à reeleição Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores), publicado na edição 97 de Piauí; e “Marília Pêra era uma artista completa”, sobre a atriz recém-falecida, para o Estado de S. Paulo de 5 de dezembro de 2015. Em ambos, nota-se o esforço em combinar a caracterização do perfil físico e psicológico dos perfilados; no entanto, é notável a diferença entre

o texto mais “seco” do perfil do Estadão, em contraposição à narrativa de tom literário apresentada por Piauí – aproximando-se, e muito, da biografia, inclusive por ter entrevistado 26 pessoas ligadas ao PT e a Rousseff para, assim, poder contar sua trajetória de maneira minuciosa. Vejamos dois trechos:

Polêmica como só os gênios podem se dar ao luxo de ser, Marília Pêra fascinou grandes plateias e descontentou alguns colegas de profissão. (...) Em 1989, ao tomar partido por Fernando Collor para a presidência da república, foi vítima de agressores que apedrejaram a porta do teatro onde ela se apresentava. Desde então, não mais se manifestou politicamente.

O episódio foi um contraste no seu histórico político, já que no passado, chegou a ser vista como comunista. Foi presa durante a apresentação da peça Roda Viva, de Chico Buarque, em 1968, e teve a casa invadida pela polícia pouco tempo depois, quando novamente foi presa (Padiglione, 2015, online).

O prejuízo de se ter antecipado a campanha eleitoral logo ficou visível. O governo passou a ser avaliado com lupa, cada ação de Dilma ficou sob suspeição de ser eleitoreira. Quando o preço do tomate chegou a 10 reais o quilo – um aumento de 80% em menos de um ano –, a opinião pública gritou: a inflação está mordendo a dona de casa.

No Congresso, a relação com o Executivo também ia mal. Nos primeiros dois anos, Dilma havia feito algo se mover no pântano do fisiologismo brasileiro. “Acabou a conversinha mole, tangenciada, uma coisa querendo dizer outra, segundas intenções. Com ela, não tem”, comentou um ministro do PMDB, durante um jantar em Brasília. (...) O estilo Dilma tinha um preço. Uma coisa era ser faxineira quando estava por cima, outra era manter a pose sendo bombardeada de todos os lados.

(...) Um copeiro trouxe café. Ela [Graça Foster] retomou o raciocínio. Acredita que Dilma é vítima da própria honestidade (Pinheiro, 2014, online).

Os textos são notáveis por ilustrar o esforço contextual empreendido em torno da apresentação do personagem – a ênfase recai nos eventos circundantes, muitas vezes, para posteriormente a narrativa chegar ao seu propósito central: a vida do biografado. Como se vê no texto de Piauí, o perfil jornalístico pode trazer uma contextualização exaustiva da crise político-institucional já sentida à época – e ao mesmo tempo adotar uma linguagem menos “seca” (como é a do perfil de Marília Pêra no Estadão), próxima à da biografia literária, para reforçar seu tratamento temático e expor sua interpretação dos fatos a partir da vida de Rousseff.

Considerações finais

Somos levados à conclusão de que jornalismo e literatura, de fato, são campos de conhecimento marcados por notáveis diálogos. Para além da herança literária que deu corpo aos primeiros jornais e revistas na imprensa de massa, para além dos benefícios estilísticos que o jornalismo interpretativo ganha à hora em que flerta com a literatura, nota-se uma matriz estrutural semelhante – como vimos na proximidade entre o modelo da crônica e o da grande reportagem ou entre biografia e perfil.

Essas reflexões nos levam de volta à discussão de Todorov (2003), apresentada ao início do artigo. Por um lado, os gêneros factuais ou factualizados da literatura, que têm na biografia e na crônica exemplos centrais, têm o eixo referencial como fio condutor de suas narrativas, combinando a dramaticidade, a ficcionalidade e o uso especial da linguagem à apresentação historiográfica dos costumes e ambientes sociais. Por outro, o jornalismo interpretativo presente na grande reportagem e no perfil é atravessado pela narratividade literária, beneficiando-se em estilo, qualidade e relevância à medida que incorpora a literatura à sua linguagem e ao seu modo de tratamento do real.

Sem dúvidas, tais apontamentos demandam uma análise mais minuciosa para escapar de conclusões apressadas em torno das interações entre jornalismo e literatura. Sugerimos que tal análise possa ser continuada a partir de um conceito fundamental na obra de Tzvetan Todorov e nos diversos estudos da narrativa desde Aristóteles: o de *intriga*.

Conforme diz Todorov (2003, p. 137), “a intriga mínima completa consiste na passagem de um equilíbrio a outro. Uma narrativa ideal começa por uma situação estável que uma força qualquer vem perturbar”. Caberia questionarmos como se movem as intrigas dentro do jornalismo interpretativo, em comparação aos gêneros literários. Eis uma reflexão, também de caráter estrutural, que avançaria da linguagem e da estrutura narrativa em si – nosso foco neste texto – para a conexão com a realidade nos dois campos de conhecimento, potencialmente mapeando suas semelhanças no modo de produzir intrigas do cotidiano.

José Augusto Mendes Lobato

Professor da Universidade Anhembi Morumbi (UAM)

Doutor em Ciências da Comunicação (USP)

Recebido em maio de 2017

Aprovado em fevereiro de 2018.

Referências

- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica*. Porto Alegre: Sulina, 1976.
- BULHÕES, Marcelo. *Jornalismo e literatura em convergência*. São Paulo: Ática, 2007.
- CASTRO, Ruy. *O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- LOBATO, José Augusto Mendes. Jornalismo e narratividade em sintonia: um percurso teórico-conceitual pelos elementos da grande reportagem. In: *Estudos de Jornalismo e Mídia*, vol. 13, nº 2, 2016.
- MARQUES, Fabricio. Jornalismo e literatura: modos de dizer. *Revista Conexão – Comunicação e Cultura*, Caxias do Sul (RS), jul./dez. 2009, v. 8, n. 16.
- MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. São Paulo: Summus, 1988.
- MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. *Técnicas de redação em jornalismo: o texto da notícia*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- OLIVEIRA, Manoela Hoffmann. História ou literatura? O caráter épico da biografia. In: *Revista Língua e Literatura*, São Paulo (SP), 2010-2012, nº 30.
- PADIGLIONE, Cristina. Marília Pêra era uma artista completa. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 5 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,marilia-pera-era-uma-artista-completa,1807294>>. Acesso em 25 de abril de 2017.
- PENA, Felipe. O jornalismo literário como conceito e campo. *Contracampo*, Niterói (RJ), 2007, nº 17.
- PINHEIRO, Daniela. A afilhada rebelde. *Piauí*, nº 97, outubro de 2014. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-afilhada-rebelde>>. Acesso em 23 de abril de 2017.
- _____. A Xangrilá dos descontentes. *Piauí*, nº 104, maio de 2015. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-xangrila-dosdescontentes>>. Acesso em 23 de abril de 2017.
- RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- SODRÉ, Muniz. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SOUSA, Jorge Pedro. *Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia*. 2003. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-da-noticia.pdf>. Acesso em 27 de março de 2011.
- SPONHOLZ, Liriam. *Jornalismo, conhecimento e objetividade: ensaios de teoria do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2009.
- TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. São Paulo, Perspectiva, 2003.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: por que as notícias são como são*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

Resumo

Neste trabalho, propomos uma aproximação conceitual entre jornalismo e literatura a partir do exame dos procedimentos narrativos e dos diálogos possíveis em duas duplas de gêneros pertencentes a estes campos: a crônica e a grande reportagem, por um lado; e a biografia e o perfil, por outro. Instigados pelos raciocínios de autores que analisam a configuração estrutural dos gêneros nas teorias do jornalismo, nos estudos de linguagem e na teoria literária, observamos alguns exemplos de produções para compreender que, a despeito de seus pressupostos referenciais, o jornalismo é atravessado pela narratividade literária em textos interpretativos, beneficiando-se em estilo, qualidade e relevância à medida que incorpora a literatura à sua linguagem e ao seu modo de tratamento da realidade.

Palavras-chave

Jornalismo interpretativo. Grande reportagem. Crônica. Biografia. Perfil.

Abstract

In this work, we propose a conceptual approach between journalism and literature based on the examination of narrative procedures and possible dialogues in two pairs of genres belonging to these two fields: chronicle and in-depth reporting, on one hand; and biography and journalistic profile, on the other. Inspired by authors' analysis on the structural configuration of genres in journalism theory, language studies and literary theory, we analyze some examples of productions to understand that, despite its referential assumptions, journalism is crossed by literary narrativity in interpretive texts, benefiting in style, quality and relevance as it incorporates literature into its language and its way of dealing with reality.

Keywords

Interpretive journalism. In-depth reporting. Chronicle. Biography. Profile.